

SIMULADO TJ-SC



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

4º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 - A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 - Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-22-03>

01 - A B C D E
02 - A B C D E
03 - A B C D E
04 - A B C D E
05 - A B C D E
06 - A B C D E
07 - A B C D E
08 - A B C D E
09 - A B C D E
10 - A B C D E
11 - A B C D E
12 - A B C D E
13 - A B C D E
14 - A B C D E
15 - A B C D E
16 - A B C D E
17 - A B C D E
18 - A B C D E
19 - A B C D E
20 - A B C D E

21 - A B C D E
22 - A B C D E
23 - A B C D E
24 - A B C D E
25 - A B C D E
26 - A B C D E
27 - A B C D E
28 - A B C D E
29 - A B C D E
30 - A B C D E
31 - A B C D E
32 - A B C D E
33 - A B C D E
34 - A B C D E
35 - A B C D E
36 - A B C D E
37 - A B C D E
38 - A B C D E
39 - A B C D E
40 - A B C D E

41 - A B C D E
42 - A B C D E
43 - A B C D E
44 - A B C D E
45 - A B C D E
46 - A B C D E
47 - A B C D E
48 - A B C D E
49 - A B C D E
50 - A B C D E
51 - A B C D E
52 - A B C D E
53 - A B C D E
54 - A B C D E
55 - A B C D E
56 - A B C D E
57 - A B C D E
58 - A B C D E
59 - A B C D E
60 - A B C D E

PORTUGUÊS**TEXTO I****O elogio do vira-lata**

Pensar mal amiúde significa tornar mau. Na vida das nações não menos que na dos indivíduos, os primeiros momentos de uma trajetória imprimem ao que está nascendo traços de teimosa permanência. O “complexo de vira-latas” — a imagem depreciativa que nós, brasileiros, fazemos de nós mesmos e o nosso renitente narcisismo às avessas — é coetâneo do nascimento do Brasil. Os primeiros filhos de portugueses nascidos na Terra de Santa Cruz, quase todos frutos de relações fortuitas entre conquistadores e índias nativas ou escravas africanas importadas em maior número a partir de meados do século XVI, sentiam vergonha de ser quem eram.

Quem eram esses primeiros rebentos do caldeirão étnico brasileiro, filhos de ocupantes e ocupadas? A rigor, eles não se chamavam “brasileiros” ainda. Até por volta do final do século XVII e mesmo início do XVIII, o termo “brasileiro” não era empregado no sentido hoje corrente, ou seja, como expressão e afirmação de uma nacionalidade, mas tinha significados bem diversos. Os “brasileiros” eram aqueles que se dedicavam à exploração comercial do pau-brasil em nossas matas e, por extensão, era como se apelidavam os portugueses que, depois de “fazer a América” e amealhar fortuna, retornavam à terra natal a fim de desfrutar o espólio. Os filhos de portugueses nascidos do lado de cá do Atlântico — todos, quase por definição, mestiços — eram chamados “mazombos”.

A língua fala. Já a etimologia de “mazombo”, termo oriundo do quimbundo angolano, diz muito: “grosseiro, atrasado, bruto, iletrado”. Sentindo-se um exilado em sua própria terra, olhos sonhadores voltados para o imaginado esplendor da vida na metrópole, o mazombo litorâneo tem como uma de suas principais ambições de vida justamente deixar de sê-lo: tornar-se um cidadão de primeira, um português de quatro costados, de modo a afastar de si a pecha de mazombo — idealmente, por meio de uma temporada de estudos em Coimbra (privilégio de poucos) coroada por uma carreira no clero, magistratura ou burocracia estatal lusa (se a condição de origem, é claro, e a nódoa de plebeu sem pedigree não o impedissem).

O traço distintivo do mazombo é a ausência do senso de pertencimento: a profunda desconexão entre sua experiência de vida, de um lado, e a terra em que vive e na qual veio ao mundo, de outro. Alheio a qualquer propósito coletivo e afeito aos acasos do ganho fácil e rápido e da aventura erótica — “desmandos da cobiça e da luxúria” —, o universo mazombo foi resumido pelo poeta baiano Gregório de Matos como: “furto e sexo”.

No devido tempo, é claro, muita coisa mudou. Os mazombos deixaram de sê-lo, pelo menos em nome, para se fazerem brasileiros ao lado de índios, negros e cafuzos natos. Portugal perdeu o posto de meca dos exilados em sua própria terra, não obstante o déficit de pertencimento não nos abandonou — longe disso.

(Adaptado de Eduardo Giannetti, *O Elogio do Vira-Lata e outros ensaios*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13)

01. No primeiro parágrafo, o autor sugere que

- a) uma autoimagem subestimada dos brasileiros remonta ao tempo da colonização portuguesa
- b) os colonizadores estereotiparam o brasileiro de forma irreversível e deliberada
- c) de tanto os portugueses pensarem mal do brasileiro, a autoestima se consolidou
- d) cada mestiço fruto de relações fortuitas entre conquistadores e índias sentia vergonha de ser quem era.
- e) os escravos e índios formaram uma população mestiça de linhagem inferior

02. Depreende-se do texto que

- a) o “complexo de vira-latas” deixou de existir quando “mazombos” viraram “brasileiros”
- b) “brasileiros”, na acepção original trazida pelo autor, poderia referir-se também a portugueses
- c) muitos “mazombos” podiam deixar de sê-lo por meio de estudos em Coimbra, ou de uma carreira estatal
- d) a denominação “mazombo” designa um estigma nem sempre negativo para os portugueses
- e) os comerciantes ricos que exploravam pau-brasil não sofriam de uma imagem negativa

03. No contexto em que foi empregado, o vocábulo “amiúde” significa

- a) humildemente
- b) repetidamente
- c) maliciosamente
- d) abertamente
- e) intensamente

04. Ao apresentar a etimologia da palavra “mazombo”, o autor

- a) reforça o foco metalinguístico de suas conclusões
- b) relaciona a carga semântica do termo a arquétipo desdenhado
- c) atribui ao idioma angolano o “complexo de viralatas” do brasileiro
- d) valida os preconceitos existentes contra os “mazombos”
- e) suaviza a depreciação existente no vocabulário

05. ... a terra **em que** vive e **na qual** veio ao mundo, de outro... (4º parágrafo)

Os termos sublinhados seriam corretamente substituídos, respectivamente, por

- a) onde e aonde
- b) que e onde
- c) onde e em que
- d) em cuja e em que
- e) na qual e aonde

06. a nódoa de plebeu sem pedigree não o impedissem (3º parágrafo)

Os mazombos deixaram de **sê-lo** (5º parágrafo)

As formas pronominais acima referem-se, respectivamente, a:

- a) mazombo / carreiras no clero, na magistratura ou na burocracia estatal lusa
- b) mazombo / tornar-se um cidadão de primeira
- c) tornar-se um cidadão de primeira / mazombo
- d) carreiras no clero, na magistratura ou na burocracia estatal lusa / mazombo
- e) burocracia estatal lusa / litorâneo

07. Está clara, correta e coerente a redação do livre comentário que se encontra em:

- a) Ainda que pudéssemos voltar ao passado, não faremos nada diferente dos primeiros brasileiros.
- b) A maioria da população, muito provavelmente, não estão conscientes do próprio complexo.

c) A despeito de virem ao Brasil para explorar, os portugueses deixaram alguma contribuição.

d) Quem acredita ser inferior a países desenvolvidos e colonizadores não conhecem muito da história.

e) Alguns brasileiros acham fantástico, nas rodas de amigos, a repetição de velhas críticas contra o país.

08. **não obstante** o déficit de pertencimento não nos abandonou — longe disso (5º parágrafo)

O termo destacado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- a) embora
- b) entretanto
- c) conquanto
- d) porquanto
- e) portanto

09. O traço distintivo do mazombo é a ausência do senso de pertencimento: a profunda desconexão entre sua experiência de vida, de um lado, e a terra em que vive e na qual veio ao mundo, de outro. (4º parágrafo)

No segmento acima, o sinal de dois-pontos indica

- a) uma citação
- b) um complemento
- c) uma síntese
- d) um resumo
- e) uma explicação

10. No segmento “**a fim de** desfrutar o espólio” (2º parágrafo), o termo sublinhado expressa noção de

- a) propósito
- b) causa
- c) consequência
- d) preferência
- e) concessão

11. Atente para as seguintes frases:

- I. O mazombo sente-se profundamente desconexo da terra em vive
- II. O mazombo está alheio a qualquer propósito coletivo
- III. O mazombo dedica-se eminentemente aos interesses individuais

Essas três frases integram-se com correção e coerência num único período em:

- a) O mazombo se dedica principalmente aos próprios interesses. Isso porque se sente profundamente desconexo da terra em vive e está alheio a qualquer propósito coletivo
- b) Já que sente-se profundamente desconexo da terra em vive e estar alheio a qualquer propósito coletivo, ao mazombo resta dedicar-se principalmente aos próprios interesses.
- c) Embora sintam-se profundamente desconexo da terra e alheio a qualquer propósito coletivo, o mazombo dedica-se exclusivamente aos prazeres individuais.
- d) Por sentir-se profundamente desconexo da terra em vive e estar alheio a qualquer propósito coletivo, o mazombo acaba por se dedicar principalmente aos próprios interesses.
- e) Em virtude de dedicar-se eminentemente aos interesses individuais, o mazombo sente-se profundamente desconexo da terra aonde vive.

12. Considere os segmentos e avalie as assertivas:

o nosso renitente narcisismo às avessas (1º parágrafo)

aqueles que se dedicavam à exploração comercial do pau-brasil (2º parágrafo)

retornavam à terra natal a fim de desfrutar o espólio (2º parágrafo)

I- Em “às avessas” e “à exploração”, o acento grave indicativo de crase se justifica pelo mesmo motivo.

II- Em “à exploração”, ocorre fusão de preposição com artigo feminino diante de “exploração”

III- Em “à terra natal”, o acento grave é facultativo.

Está correto o que consta APENAS de

- a) II e III

- b) I e II.

- c) II.

- d) I

- e) I e III.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

13. Guilherme precisa subir algumas aulas pendentes no sistema do Estratégia em 4 dias. No primeiro dia, ele subiu $\frac{3}{8}$ das aulas pendentes. No segundo dia, ele subiu $\frac{1}{3}$ da quantidade que havia subido no primeiro dia. No terceiro e quarto dias, Guilherme termina seu serviço e verifica que no terceiro dia subiu o dobro de aulas que subiu no quarto dia. Dessa forma, a fração de toda a quantidade de aulas que Guilherme subiu no terceiro dia é igual a:

- a) $\frac{5}{16}$.

- b) $\frac{1}{6}$.

- c) $\frac{1}{4}$.

- d) $\frac{1}{3}$.

- e) $\frac{2}{5}$.

14. Em determinada loja, o preço do produto X teve um acréscimo de 5%, e o preço do produto Y teve um desconto de 20%. Após essas alterações, os dois produtos passaram a ter o mesmo preço. Se o preço do produto X, após o acréscimo, passou a ser de R\$ 84,00, a diferença entre os preços desses dois produtos, antes dos reajustes, era

- a) R\$ 21,00.

- b) R\$ 25,00.

- c) R\$ 27,00.

- d) R\$ 30,00.

- e) R\$ 32,00.

15. Em um grupo de 30 funcionários do TJ-SC, sendo 13 analistas e 17 técnicos, deseja-se escolher, aleatoriamente, três funcionários para organizar uma festa de fim de ano, de modo que esse grupo não seja composto somente por analistas e não seja composto apenas por técnicos. O número total de possibilidades para fazer essa escolha é igual a

- a) 3 094.
- b) 7 050.
- c) 10 919.
- d) 14 786.
- e) 18 564.

16. A diferença entre o 17º e o 15º termos da sequência de números naturais (10, 20, 30, 41, 52, 64, 76, 89, ...) é igual a

- a) 32.
- b) 33.
- c) 34.
- d) 35.
- e) 36.

17. A negação lógica da afirmação “Se resolvo questões, então não erro na prova” é equivalente a

- a) Se erro na prova, então não resolvo questões.
- b) Não resolvo questões ou não erro na prova.
- c) Se não resolvo questões, então erro na prova.
- d) Não erro na prova e não resolvo questões.
- e) Resolvo questões e erro na prova.

18. Um lojista adquiriu uma mercadoria por R\$ 350,00. Para determinar o preço de venda desse produto em sua loja, o lojista decidiu que o valor deveria ser suficiente para dar 30% de desconto sobre o preço de venda e ainda assim garantir lucro de 20% sobre o preço de compra. Nessas condições, o preço que o lojista deve vender essa mercadoria é igual a

- a) R\$ 620,00.
- b) R\$ 580,00.
- c) R\$ 600,00.
- d) R\$ 590,00.

e) R\$ 610,00.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A pessoa com deficiência tem direito à educação, sendo-lhe assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais. Considerando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, pode-se afirmar que:

- a) É dever do Estado, da família e da comunidade escolar assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
- b) Compete ao Poder Público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar sistema educacional inclusivo na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).
- c) O Poder Público buscará ofertar educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- d) Nem todos os direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência aplicam-se obrigatoriamente às instituições privadas, a exemplo da oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.
- e) As instituições privadas, visando cumprir as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência, podem cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

20. A pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A moradia para a vida independente será prestada no âmbito do Suas à pessoa com deficiência em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.
- b) O poder público adotará programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de residências inclusivas para a pessoa com deficiência.
- c) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, sendo-lhe reservado, no mínimo, 10% (dez por cento) das unidades habitacionais.
- d) Em caso de edificação multifamiliar, garantia de acessibilidade nas áreas de uso comum e nas unidades habitacionais no piso térreo e de acessibilidade ou de adaptação razoável nos demais pisos.
- e) O direito à prioridade será reconhecido à pessoa com deficiência beneficiária sempre que for adquirir imóvel para moradia própria.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. No que se refere aos princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A adoção dos princípios segue uma escala de ponderação, havendo prevalência por aqueles expressos no texto constitucional.
- b) As decisões administrativas dos tribunais deverão ser motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros.
- c) O princípio da eficiência, em razão de sua atual estatura constitucional, legitima a prática de atos

ilegais que comprovadamente impliquem soluções administrativas mais eficientes e efetivas.

- d) A avaliação de desempenho dos servidores públicos como condição para a aquisição de estabilidade é uma das manifestações do princípio da publicidade.
- e) Inexiste hierarquia entre os princípios, havendo casos em que o princípio da legalidade, embora basilar do Estado de Direito, chega a ser ofuscado por outros postulados principiológicos.

22. Gustavo, servidor público, após retornar de sua licença capacitação – concedida a critério da Administração –, foi surpreendido com a decisão de seu superior hierárquico de revogar o ato de concessão da licença, embora validamente praticado. Em resposta, Gustavo pode argumentar com seu chefe que:

- a) o ato até poderia ser revogado, embora não seja possível restituir a remuneração recebida no período.
- b) o ato não é passível de revogação.
- c) o desfazimento do ato deveria se dar mediante convalidação.
- d) a licença concedida é ato vinculado que nunca admite revogação.
- e) a revogação somente poderia ser determinada pelo Poder Judiciário.

23. No que se refere à disciplina constitucional dos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É garantida ao servidor público civil a livre associação profissional, desde que não possua natureza sindical.
- b) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- c) O Poder Judiciário, embora não possua função legislativa típica, exerce-a em caráter atípico ao aumentar vencimentos de servidores públicos, desde que resulte da aplicação do princípio constitucional da isonomia.

- d) O agente temporário contratado em razão de excepcional interesse público é exemplo de empregado público.
- e) O agente público que recebe por meio de subsídio poderá receber parcelas de natureza indenizatória que extrapolem o valor do subsídio.

24. No que se refere à organização administrativa do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) O regime jurídico único de pessoal é característica observada exclusivamente na administração direta.
- b) Agências reguladoras são entidades dotadas de maior independência política em relação ao poder central, a fim de que possam tomar suas decisões com predomínio da discricionariedade técnica sobre a discricionariedade político-administrativa, sendo que sua qualificação depende da celebração de contrato de gestão.
- c) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica submetem-se ao regime próprio das empresas privadas quanto às obrigações civis, comerciais e trabalhistas, podendo ser destinatárias de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
- d) É constitucional condicionar à aprovação Legislativa a indicação dos Presidentes das sociedades de economia mista e empresas públicas realizada pelo Chefe do Poder Executivo.
- e) A vedação à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções não se aplica às fundações instituídas por particulares.

25. O poder disciplinar constitui importante elemento da atuação administrativa. Tal poder:

- a) permite à Administração Pública disciplinar sua atuação, seja escalonando funções entre seus órgãos e revendo a atuação de seus agentes.
- b) possui, assim como os demais poderes da Administração, caráter estrutural e orgânico, razão pela qual deve ser exercido de modo razoável e prudente, evitando-se a caracterização do abuso de poder.
- c) sempre permitirá ao agente público a prática de ato administrativo valorando sua conveniência e oportunidade.

- d) gera, assim como o poder hierárquico, efeitos estritamente internos à Administração.
- e) legitima a aplicação de sanção a empresa que tenha celebrado contrato administrativo com o poder público.

26. Tomando por base as regras positivadas na Lei federal 8.666/1993, sabemos que as compras, sempre que possível, devem:

- a) ser processadas através de pregão.
- b) ser aglutinadas em parcelas maiores, de modo a reduzir a quantidade de contratos celebrados pelo poder público.
- c) atender ao princípio da especialização, de modo a se obterem especificações técnicas e de desempenho condizentes com as necessidades do órgão adquirente.
- d) submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
- e) balizar-se pelos preços praticados no âmbito do setor privado.

27. Nos termos da Lei federal 9.784/1999, **não** são considerados interessados nos processos administrativos:

- a) pessoas físicas ou jurídicas que não iniciaram o processo e que possam ser afetadas pela decisão a ser adotada.
- b) organizações e associações representativas quanto a direitos e interesses coletivos.
- c) pessoas ou associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.
- d) cidadãos maiores de dezoito anos.
- e) pessoas físicas ou jurídicas que iniciaram o processo.

28. À luz do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa INCORRETA acerca da licença por motivo de doença em pessoa da família:

- a) a licença terá a duração de até 120 dias, sucessivos, prorrogável por mais 120 dias, nas mesmas condições.
- b) alcança a doença acometida a cônjuge, parentes ou afins até o segundo grau, ou de pessoa que viva sob sua dependência.
- c) é concedida com remuneração integral se a licença possuir duração de até três meses.
- d) é concedida com 2/3 da remuneração, se o prazo da licença for estendido até um ano.
- e) é concedida com metade da remuneração se o prazo for prorrogado por mais de um ano, até o limite máximo de dois anos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Rubanda nasceu em Angola, país originário de língua portuguesa, e há um ano e meio mudou-se para Brasil. Há cerca de 2 meses, dirigiu-se ao órgão competente do Ministério da Justiça para requerer a naturalização ordinária, julgando ter cumprido os requisitos exigidos pela Constituição para sua obtenção. A autoridade administrativa, no entanto, recusou-se a atender o pedido e a fornecer quaisquer informações acerca do procedimento a ser adotado, alegando que a concessão dessa espécie de naturalização é ato discricionário da Administração, a qual não está obrigada a analisar a solicitação apresentada pelo requerente. Rubanda, pretendendo valer-se de prova testemunhal, decide impetrar mandado de segurança contra a conduta arbitrária adotada pelo órgão, o que, de acordo com a CF/88 e a jurisprudência dominante, seria:

- a) Inadequado, já que Rubanda, na qualidade de estrangeiro, ainda não poderia lançar mão da referida ação mandamental para contestar o ato administrativo em comento.

b) Perfeitamente cabível, já que, uma vez cumpridos os requisitos para sua obtenção, Rubanda tem direito subjetivo à nacionalidade secundária, não havendo que se falar em discricionariedade por parte da Administração.

c) Inadequado, já que o mandado de segurança exige a demonstração, de plano, da existência de direito líquido e certo, o que torna inviável a utilização de prova testemunhal para embasar a ação.

d) Incabível, já que, diante da recusa em atender à solicitação de Rubanda, o remédio adequado seria o habeas data, uma vez que o que está em jogo é o interesse relativo à própria pessoa do impetrante.

e) Pertinente, mas somente após regular esgotamento da via administrativa, já que é incabível mandado de segurança contra ato contra o qual caiba recurso administrativo.

30. Foi instaurado, perante a justiça estadual, conflito fundiário envolvendo 2 famílias que reivindicavam a posse de terras rurais de determinado município. De acordo com as regras relacionadas às competências dos órgãos do Poder Judiciário presentes na Carta Maior, é correto dizer que:

a) Cabe ao juiz estadual o julgamento da ação, já que não está presente interesse da União na causa.

b) Cabe ao Tribunal de Justiça local a decisão de litígio envolvendo a disputa pela posse de terras no meio rural.

c) A competência para o julgamento da ação será da justiça estadual, desde que assim disponha, de forma expressa, a Constituição do respectivo Estado.

d) A competência para o julgamento da ação caberá ao juiz estadual de primeiro grau, desde que não tenha sido criada vara especializada para esse fim, em âmbito federal.

e) Cabe ao Tribunal Regional Federal, originariamente, o julgamento de conflitos dessa natureza.

31. Suponha que o governador de determinado Estado da Federação tenha delegado a uma empresa concessionária a exploração dos serviços locais de gás canalizado. Diante da falha verificada na sua prestação e da urgência no seu fornecimento, o chefe do Poder Executivo decide, então, editar medida provisória dispondo acerca de novas regras para o oferecimento da referida utilidade à população. Conforme preleciona a atual Constituição, em relação às medidas adotadas pelo governador, pode-se dizer que:

- a) A exploração de gás canalizado, única competência expressamente atribuída pela Constituição aos Estados-Membros, deve ser feita direta e exclusivamente pelo ente respectivo.
- b) São parcialmente válidas, já que o Estado tem liberdade para legislar sobre o tema, mas a competência para a exploração de quaisquer serviços locais pertence à municipalidade.
- c) São parcialmente válidas, já que não há impedimento à exploração do serviço mediante concessão, mas o governador não poderia ter editado medida provisória destinada à regulamentação da matéria.
- d) Serão plenamente válidas, desde que baseadas em autorização expressa contida na Constituição Estadual para a edição de medidas provisórias por parte do chefe do Poder executivo.
- e) Não há qualquer irregularidade no tocante à delegação empreendida para a prestação do serviço, desde que sua regulamentação esteja adequada às normas gerais prescritas pela União Federal.

32. Valécio é portador de deficiência física e pretende prestar concurso para emprego público em sociedade de economia mista estadual. No entanto, ficou sabendo que o edital estabelece limite de idade para inscrição no certame, o que inviabilizaria sua participação. Assim, considerando as regras dispostas na CF/88 e o entendimento esposado pelo STF sobre o assunto, assinale a afirmação verdadeira:

- a) Valécio não poderá concorrer à vaga pretendida, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito privado, a previsão de limite de idade contida no edital do concurso basta para que seja considerada válida.
- b) Caso a lei do respectivo ente não contenha previsão expressa acerca da reserva de vagas a portadores de deficiência, bem como do limite de idade para inscrição em concurso público, Valécio terá assegurado seu direito de participar do certame nas mesmas condições dos demais candidatos.
- c) É inconstitucional a limitação de idade veiculada exclusivamente em edital de concurso, além de estar garantido o percentual de 20% de suas vagas para portadores de deficiência.
- d) Ainda que a lei do respectivo ente não contenha previsão expressa acerca da reserva de vagas para portadores de deficiência, Valécio possui direito de concorrer a 5% das vagas destinadas exclusivamente a indivíduos nessas condições.
- e) Não há impedimento algum à limitação de idade imposta por meio de edital, tampouco subsiste a obrigatoriedade de reserva de percentual de vagas para portadores de deficiência, em quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública.

33. Rosilei, após aprovação em concurso, tomou posse no cargo de defensor público estadual e, dois anos depois, iniciou, por conta própria, o exercício de atividades de assistência e representação jurídicas à população carente do bairro onde antigamente morava, já que na localidade não havia defensoria pública instituída especificamente para atender os moradores da região. Ao tomar conhecimento da atitude de Rosilei, o chefe da instituição ordenou a instauração de processo administrativo disciplinar, que, ao final, culminou com decisão favorável à demissão do defensor, conforme procedimento previsto em lei. Segundo o que dispõe a Constituição Federal,

- a) A demissão de Rosinei deu-se de forma equivocada, levando em conta a missão assistencial de que são incumbidos os membros da defensoria.
- b) Rosinei, que já gozava da garantia da vitaliciedade no momento da suposta infração, apenas poderia perder o cargo por meio de decisão transitada em julgado.
- c) Rosinei não poderia ter sido demitido pelas razões apresentadas, uma vez que o princípio da independência funcional encontra plena aplicabilidade aos membros da Defensoria Pública.
- d) Rosinei poderia ter oferecido orientação jurídica à população carente e formalmente desassistida pelo Estado, mas jamais poderia representar judicialmente os necessitados.
- e) A demissão de Rosinei encontra respaldo no texto constitucional, o qual veda o desempenho das atividades exercidas por conta própria, por parte do defensor.

34. Fora instaurada CPI no âmbito da Câmara Municipal de Pérola Verde, por iniciativa de um dos membros da Casa, tendo como objeto a apuração de fatos relacionados ao desvio de verbas públicas em contrato de concessão de serviços de transporte coletivo intramunicipal, disciplinado por meio de lei do respectivo município. A duração prevista para os trabalhos da Comissão foi de 4 meses e, durante os procedimentos investigatórios, fora determinada a convocação do Prefeito para depor, bem como a quebra do sigilo bancário de diversos empresários envolvidos no caso. Pode-se afirmar, a partir da

interpretação do STF em torno dos temas em questão, que:

- a) Houve inconstitucionalidade na regulamentação da matéria afeta ao transporte coletivo intramunicipal, já que compete exclusivamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
- b) Caso os trabalhos não tenham sido concluídos ao final dos 4 meses previstos para a duração da Comissão, suas atividades devem ser encerradas e as conclusões enviadas para a tomada das devidas providências por parte do Ministério Público.
- c) Apenas a convocação do prefeito se deu em contrariedade ao que determina a Constituição, já que a quebra do sigilo bancário pode ser decretada pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.
- d) Houve inconstitucionalidade no que diz respeito à criação da CPI, bem como em relação à decretação da quebra de sigilo e à convocação do chefe do Poder Executivo, para depor.
- e) Não se verifica qualquer irregularidade tanto no que concerne à criação da CPI, quanto nas medidas decretadas pelo órgão legislativo, mas a duração da Comissão poderá ser prorrogada até o limite da respectiva legislatura.

35. Fora criada associação sindical, no âmbito do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, visando à defesa dos interesses da categoria. Tempos depois foi noticiado, na imprensa oficial, que o Poder Executivo havia concedido aumento na remuneração de seus agentes públicos, o que motivou os servidores do Judiciário estadual a iniciarem um movimento grevista, exigindo aumento equivalente em seus vencimentos. Considerando a situação anteriormente exposta, assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência pátria:

- a) Os servidores têm direito à greve e também à sindicalização, mas, nesse caso, o aumento da remuneração não poderá vir a ser objeto de convenção coletiva.
- b) Não há impedimento à realização da greve, já que se trata de direito garantido por meio de norma de eficácia plena a todos os trabalhadores, incluindo os servidores públicos.

- c) O regime jurídico dos servidores é regido por lei, o que impede que tais direitos sejam objeto de negociações envolvendo sindicatos, cuja criação, por consequência, é vedada nessa situação.
- d) Aos servidores públicos são vedadas a sindicalização e a greve, devendo a Administração Pública descontar os dias correspondentes à paralisação.
- e) O direito à sindicalização estende-se também aos servidores públicos. No entanto, sua fruição depende de existência de lei regulamentando seu exercício.

36. Considere:

- (I). Teve sua origem na participação popular, por meio do processo democrático.
- (II). Reflete a lenta evolução das tradições e valores históricos, o que lhe confere maior estabilidade.
- (III). Foi elaborada por um órgão especialmente constituído para esse fim, sendo suas normas distribuídas em diversos documentos solenes.
- (IV). Possui um núcleo insuscetível de abolição, porém o restante de suas normas pode ser modificado de acordo com o rito previsto para as Emendas Constitucionais.

Pode-se dizer que se aplica à Constituição Federal de 1988 o que se encontra corretamente descrito em:

- a) (I), ao descrever a constituição do tipo cesarista, que prevê instrumentos de participação popular em seu texto, a exemplo do referendo.
- b) (I), ao descrever a constituição do tipo democrática, e (IV), que corresponde à constituição do tipo rígida.
- c) (III), que apresenta o conceito de constituição escrita e codificada.
- d) (II), que corresponde à constituição dogmática, e (IV), que apresenta o conceito de constituição semirrígida.
- e) (II), que se refere ao tipo de constituição eclética, e (III), que corresponde à constituição formal e analítica.

DIREITO CIVIL

37. No que se refere às pessoas jurídicas, é correto afirmar:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou erro grosseiro.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- e) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, ainda que exercidos fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

38. A interpretação do negócio jurídico não deve lhe atribuir o sentido que:

- a) for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio.
- b) corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
- c) corresponder à boa-fé.
- d) for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
- e) corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.

39. De acordo com o Código Civil, constituem atos ilícitos:

- a) os praticados em legítima defesa.
- b) os praticados no cumprimento de ordem de superior hierárquico.
- c) os praticados no exercício regular de um direito reconhecido.
- d) a deterioração ou destruição da coisa alheia.
- e) a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

40. Com relação à divisibilidade ou indivisibilidade das obrigações, é correto afirmar:

- a) Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, não se pode presumir as obrigações, iguais e distintas entre eles.
- b) A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, exclusivamente por sua natureza, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
- c) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda, e o devedor, que paga a dívida, sub-roga-se no direito do credor em relação aos outros coobrigados.
- d) Se um dos credores retenir a dívida, a obrigação ficará extinta para com os outros.
- e) Não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

41. De acordo com o Código Civil, a novação ocorre:

- a) se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.
- b) se na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.
- c) se o credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- d) se a pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, indicar a qual deles oferece pagamento.

e) se, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.

42. Gustavo conduzia seu veículo quando acertou Bruno, pedestre, causando-lhe graves ferimentos que a impediram de trabalhar durante vários dias. Logo após o acidente, a polícia realizou “teste do bafômetro” em Gustavo, tendo sido constatada a presença de 0,100 mg/l (cem miligramas de álcool por litro de ar), valor acima dos limites permitidos por lei. Alguns meses depois, Bruno ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra o condutor do veículo. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A responsabilidade extracontratual advinda do acidente de trânsito pressupõe, em regra, uma conduta dolosa que, a um só tempo, viola direito alheio e causa ao titular do direito vilipendiado prejuízos, de ordem material.
- b) A inobservância das normas de trânsito pode repercutir na responsabilização civil do infrator, mas não a ponto de caracterizar a culpa presumida do infrator.
- c) Se a conduta contrária às regras de trânsito, revela-se idônea a causar o acidente no caso concreto, diante da inversão do ônus probatório operado, caberá ao transgressor comprovar a ocorrência de alguma excludente do nexo da causalidade.
- d) É indiscutível que a mera condução de veículo em estado de embriaguez, por si, não representa o descumprimento do dever de cuidado e de segurança no trânsito.
- e) A conduta do demandado de dirigir em estado de embriaguez gera contra si, a presunção absoluta de culpa, a ensejar a inversão do ônus probatório.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

43. A jurisdição pode ser compreendida como um poder-dever que o Estado tem para aplicar o direito a um determinado caso concreto ("dizer o direito") visando solucionar os conflitos de interesse existentes entre as partes. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A jurisdição civil só pode ser exercida pelos juízes e pelos tribunais competentes.
- b) Para postular em juízo é preciso ter legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido.
- c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- d) Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir.
- e) É admissível a ação meramente declaratória mas, havendo violação do direito, esta deverá ser convertida em ação condenatória.

44. O Código de Processo Civil estabelece que os atos processuais serão realizados em dias úteis. Sobre o tempo de prática dos atos, pode-se afirmar que:

- a) Está vedada a prática de todo e qualquer ato processual durante as férias forenses.
- b) Durante as férias forenses e nos feriados, podem ser praticados atos relativos à tutela de urgência, além de citações, intimações e penhoras.
- c) Todos os processos devem ser suspensos durante o período de férias forenses.
- d) Apenas os processos relativos a direito de família, como a ação de alimentos, podem ser processados durante as férias.
- e) Conforme o Código de Processo Civil, os feriados não abarcam os sábados e domingos.

45. Os atos processuais devem ser realizados obedecendo os prazos prescritos em lei. Considerando o disposto no Código de Processo Civil:

- a) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração ao número de partes e ao valor da causa.

b) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridos 5 (cinco) dias úteis.

c) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

d) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis, aplicando-se tal regra aos prazos processuais e materiais.

e) Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

46. As nulidades processuais, de acordo com a gravidade e com o que atingem, podem ser absolutas ou relativas. Assim, pode-se afirmar que:

a) a nulidade, seja ela absoluta ou relativa, deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

b) anulado um ato, consideram-se sem efeito todos os subsequentes a ele.

c) é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado para acompanhar o feito em que deva intervir. A nulidade deverá ser decretada imediatamente pelo magistrado por tratar-se de nulidade absoluta.

d) ainda que possa decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz pronunciará a nulidade do ato e determinará a sua repetição em respeito ao devido processo legal.

e) é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado para acompanhar o feito em que deva intervir. A nulidade só será decretada após a manifestação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou não de prejuízo.

47. A revelia ocorre quando o réu é citado e não apresenta defesa, apresenta-a fora do prazo ou não impugna, na contestação, os fatos narrados na petição inicial. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) A revelia apresenta efeitos materiais e processuais, entre eles a procedência dos pedidos formulados na petição inicial.
- b) Se o réu não tiver patrono constituído, os prazos fluirão a partir de sua intimação pessoal.
- c) O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- d) A revelia produzirá seus efeitos ainda que a petição inicial não esteja acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- e) Havendo litisconsórcio passivo, caso um dos réus conteste a ação, a revelia só produzirá efeitos para aquele que permaneceu inerte.

48. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) foi um instrumento criado pelo Código de Processo Civil de 2015 visando decisões divergentes entre os tribunais. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O IRDR exige dois requisitos simultâneos: a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão fática e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- b) Havendo desistência ou abandono do processo, o IRDR restará prejudicado e não terá seu mérito examinado.
- c) A intervenção do Ministério Público é facultativa e dependerá do objeto do IRDR.
- d) Caso o IRDR seja inadmitido por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade, não poderá ser novamente suscitado, ainda que o requisito seja satisfeito posteriormente.
- e) É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

DIREITO PENAL

49. José, brasileiro, atentou contra a vida do Presidente da República Federativa do Brasil, quando este se encontrava em viagem oficial aos Estados Unidos da América. O fato ocorreu na cidade de Nova York, EUA.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) É aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da defesa ou proteção
- b) É aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa
- c) É aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade passiva
- d) É aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio do domicílio
- e) Não é aplicável a lei penal brasileira

50. José, 19 anos, passou no vestibular para a Faculdade de Medicina. Empolgado, José decidiu participar da festa dos calouros. Durante a festa, José acabou sofrendo um trote acadêmico violento. Alguns veteranos o seguraram e o fizeram ingerir, à força, 1 litro de vodka. José, que nunca havia bebido, acaba ficando completamente embriagado. Ao sair da festa, acaba desacatando dois policiais militares que o abordaram no momento em que tentava abrir a porta de seu veículo.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) deverá responder pelo crime de desacato, sem redução de pena
- b) não deverá responder pelo crime de desacato, dada a inimputabilidade penal
- c) não deverá responder pelo crime de desacato, pois a embriaguez acidental exclui a ilicitude do fato
- d) deverá responder pelo crime de desacato, com redução de pena, de um a dois terços
- e) não deverá responder pelo crime de desacato, pela inexigibilidade de conduta diversa

51. José e Paulo, usando um simulacro de arma de fogo, ameaçaram Maria, exigindo que esta entregasse o celular. Maria, atemorizada, entrega o celular aos infratores, que fogem. Minutos depois os infratores são presos e a coisa subtraída é recuperada.

Nesse caso, é correto afirmar que José e Paulo deverão responder pelo crime de:

- a) roubo simples, consumado
- b) roubo simples, tentado
- c) furto qualificado, consumado
- d) roubo consumado, majorado de um terço à metade
- e) roubo consumado, majorado em dois terços

52. Ao preencher uma ficha cadastral para abertura de conta corrente em determinado Banco privado, José inseriu falsamente uma informação relativa à sua renda mensal, declarando receber R\$ 10.000,00 por mês, quando na verdade recebia apenas R\$ 3.000,00 mensais. A conduta foi motivada pelo fato de que a renda mínima para a abertura de conta no referido Banco deveria ser de R\$ 8.000,00 mensais.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou crime de:

- a) Uso de documento falso
- b) Falsificação de documento público
- c) Falsificação de documento particular
- d) Falsificação de papéis públicos
- e) Falsidade ideológica

53. José, Oficial de Justiça do TJSC, compareceu a determinada residência para entregar mandado de intimação. No referido mandado, havia intimação do destinatário para pagamento de certa dívida de R\$ 3.000,00, que estava sendo objeto de ação de cobrança. Ao chegar no local, José entrega o mandado a Ricardo, o destinatário. Ricardo, assustado, pega o valor de R\$ 3.000,00 em espécie e entrega ao Oficial de Justiça, acreditando ser este o procedimento correto para pagamento da dívida.

José percebe o erro, mas se cala, recebe o dinheiro e dele se apropria.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou o crime de:

- a) Peculato-apropriação
- b) Peculato-furto
- c) Corrupção passiva
- d) Concussão
- e) Peculato mediante erro de outrem

54. José, testemunha em determinado processo criminal, fez afirmação falsa em Juízo, com vistas a beneficiar o réu Pedro, seu irmão. O Juízo, porém, não dá crédito ao depoimento de José e condena o réu Pedro.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José praticou crime de falso testemunho, sem majoração
- b) José praticou crime de falso testemunho, majorado de um sexto a um terço, mas não há possibilidade de extinção da punibilidade pela retratação
- c) José praticou crime de falso testemunho, majorado de um sexto a um terço, e haverá extinção da punibilidade caso José se retrate, antes da sentença, no próprio processo em que praticou o falso testemunho
- d) José praticou crime de falso testemunho, na forma tentada
- e) José não praticou crime, eis que praticou a conduta para proteger o irmão

DIREITO PROCESSUAL PENAL

55. Maria foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação, praticado por José, no dia 10.06.2019. No dia 25.07.2019, Maria descobriu a autoria delitiva.

Nesse caso, é correto afirmar que a representação poderá ser oferecida no prazo de:

- a) 06 meses, a contar de 25.07.2019
- b) 06 meses, a contar de 10.06.2019
- c) 03 meses, a contar de 25.07.2019
- d) 03 meses, a contar de 10.06.2019
- e) 06 meses, a contar de 26.07.2019

56. José subtraiu o celular de Maria, mediante grave ameaça exercida com emprego de uma faca. Maria comunicou o fato a policiais militares da região, que não conseguiram perseguir o infrator. Horas depois, uma viatura da polícia encontrou José numa rua da região. Desconfiando da atitude suspeita de José, os policiais realizaram busca pessoal e encontram com José o celular de Maria e a faca supostamente usada no crime.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Houve flagrante ficto
- b) Houve flagrante impróprio ou quase flagrante
- c) Houve flagrante próprio
- d) Houve flagrante esperado
- e) Não houve flagrante delito

57. O Código de Processo Penal elenca alguns requisitos do mandado de citação, considerados requisitos intrínsecos. Dentre esses requisitos intrínsecos NÃO se encontra:

- a) o nome do juiz
- b) o nome do querelante nas ações iniciadas por queixa
- c) o nome do promotor responsável pela denúncia
- d) a residência do réu, se for conhecida
- e) o fim para que é feita a citação

58. José e Pedro são réus em determinado processo criminal pela prática do crime de roubo majorado pelo concurso de agentes. Foi proferida sentença condenatória, condenando ambos a uma pena de 05 anos de reclusão e multa. Pedro se conformou com a sentença, mas José interpôs recurso.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o recurso interposto foi a apelação, e caso seja dado provimento ao recurso, somente José será beneficiado
- b) o recurso interposto foi a apelação, e Pedro poderá ser beneficiado caso seja dado provimento ao recurso interposto por José, desde que a decisão não esteja fundada em motivos de caráter exclusivamente pessoal

c) o recurso interposto foi a apelação, e Pedro será sempre beneficiado caso seja dado provimento ao recurso de José

d) o recurso interposto foi um recurso em sentido estrito, e caso seja dado provimento ao recurso, somente José será beneficiado

e) o recurso interposto foi um recurso em sentido estrito, e Pedro será sempre beneficiado caso seja dado provimento ao recurso de José

59. Acerca do assistente de acusação, é correto afirmar que:

a) somente é admitido na ação penal pública incondicionada, podendo ingressar a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado

b) somente é admitido na ação penal pública, podendo ingressar a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado

c) somente é admitido na ação penal pública, podendo ingressar no processo apenas até a sentença de primeira instância

d) é admitido na ação penal pública e na ação penal privada, podendo ingressar a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado

e) O Ministério Público não será ouvido previamente sobre a admissão do assistente.

60. Acerca da fiança, assinale a alternativa correta:

a) A autoridade policial somente poderá arbitrar fiança nos casos de infração penal de menor potencial ofensivo

b) Caso o afofiançado venha a praticar nova infração penal dolosa haverá a cassação da fiança

c) O quebramento injustificado da fiança importa na perda de metade do valor pago a título de fiança

d) A fiança pode ser prestada por meio de depósito de dinheiro, mas não por meio de pedras ou metais preciosos

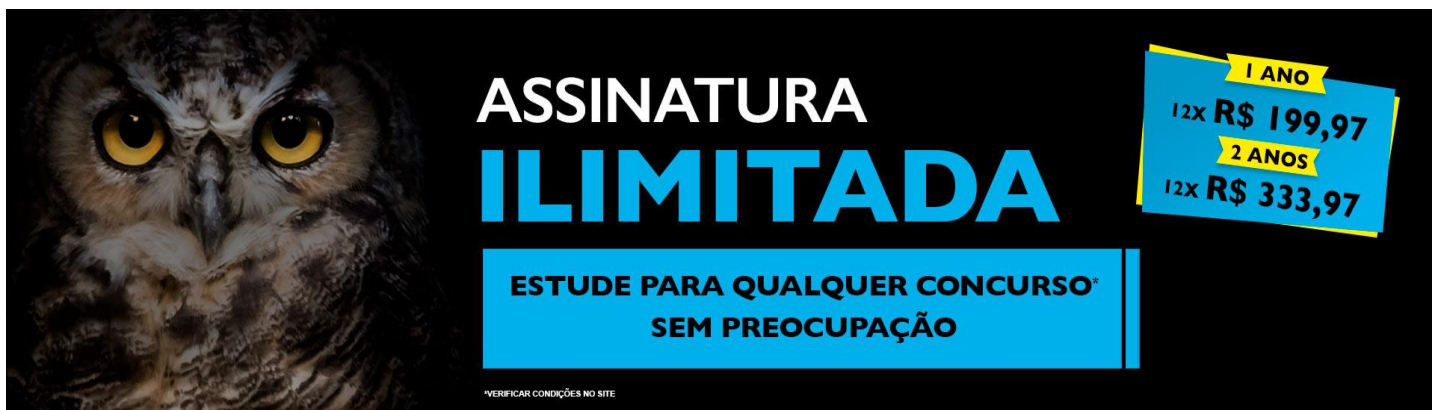
e) A fiança será fixada no patamar de 10 (dez) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada ao delito for superior a 02 anos.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-22-03>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE